

A USINA HIDRELÉTRICA DE LAJEADO NO RIO TOCANTINS (BRASIL) E O PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL XERENTE: impactos na soberania alimentar do povo indígena Xerente

Marcelo Venâncio¹
Marcelo Cervo Chelotti²

Resumo: A barragem de Lajeado, no rio Tocantins, entrou em funcionamento em 2002 e causou impactos socioespaciais significativos, tais como: alagamento de áreas agricultáveis, perdas de espécies da fauna e da flora, expropriação de famílias de suas terras, dentre outros. No caso dos povos indígenas Xerente, dentre os vários impactos, o barramento do rio diminuiu a área agricultável e o fluxo migratório dos peixes, principal fonte de proteína do grupo. Assim, as medidas compensatórias implantadas pela empresa construtora não resultaram efeitos positivos, aprofundando ainda mais o processo de precarização do território. O objetivo desse texto é discutir os impactos da construção da usina hidrelétrica de Lajeado no Rio Tocantins sobre o Território Xerente, sobretudo na soberania alimentar. Esse texto se sustenta em uma revisão bibliográfica referente à temática, além de pesquisa de campo com observações e entrevistas.

Palavras-chave: Barragem de Lajeado. Território indígena Xerente. Soberania Alimentar.

Introdução

É crescente o número de pesquisas referentes à matriz energética brasileira e seus respectivos impactos territoriais. Nessas pesquisas destacam-se os seguintes temas: a) milhares de famílias perderam os seus territórios; b) várias espécies da fauna e da flora foram extintas e/ou que estão em processo de extinção; c) aumento dos problemas urbanos nas cidades próximas ao barramento; d) aumento dos conflitos por terra; e) impactos na saúde da população ribeirinha dada as alterações no clima e também a diminuição da fonte proteica das famílias que retiram do rio os seus alimentos; f) perda do patrimônio sociocultural, dentre outros problemas.

Já na Geografia, nos mais diferentes grupos de pesquisa, especialmente da Geografia Agrária, vários trabalhos vêm sendo produzidos, principalmente aqueles que tratam sobre os efeitos socioespaciais das barragens, seus impactos na terra e seu consequente processo de des-re-territorialização das famílias ribeirinhas (indígenas, camponeses dentre outros) e também a disputa do território entre capital e trabalho tendo o Estado como agente

¹ Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins e doutorando em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – venancio@uft.edu.br

² Professor de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – chelotti@ig.ufu.br

financiador do processo. Nesse sentido, a água passa a ser um produto de troca de grande valor de mercado como aponta Porto-Gonçalves (2006).

Nesse sentido, estudiosos do assunto e os movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) apontam que esses empreendimentos destroem as espécies da fauna e da flora, inundam terras férteis responsáveis pela segurança alimentar de várias comunidades, altera profundamente o clima e expulsam milhares de famílias camponesas e indígenas que vivem em suas terras a várias gerações. Outros problemas igualmente graves são apontados, tais como: Estudos de Impactos Ambiental (EIA) mal elaborados, a não indenização de muitas famílias impactadas, indenizações injustas (uma vez que são feitas a partir da avaliação de benfeitorias construídas pelas famílias e pelo valor de mercado das terras, não levando em consideração as especificidades culturais da comunidade atingida), dentre outros. Essas questões mostram uma clara contradição aos discursos apologéticos do progresso, muitas vezes utilizados por empreendedores e setores político-partidários interessados na construção de barragens, conforme ressaltou Vainer (1992).

Nesse sentido, com o discurso do progresso (e às vezes com o discurso da escassez de energia para justificar a necessidade de construção de UHE's), os grupos de empresas responsáveis por esses empreendimentos não discutem com a população atingida os impactos dessas obras, e a ainda as indenizações, quando acontecem, são insuficientes. Os grupos de empresas são na maioria estrangeiras que ganham do Estado o direito de construir tais empreendimentos, e que concomitantemente são financiadas por ele a juros subsidiados. Nessa linha de raciocínio, o objetivo desse texto é discutir os impactos da construção da usina hidrelétrica de Lajeado no Rio Tocantins sobre o Território, sobretudo os dos Indígenas Xerente.

O povo Xerente construiu seus territórios ao longo dos anos às margens direita do Rio Tocantins, nos Territórios Funil e Xerente, no município de Tocantínia (TO), distando cerca de 70 km de Palmas, capital do Estado do Tocantins. São autossustentáveis e tem na caça, na pesca, na coleta e na agricultura a principal fonte de sobrevivência. A UHE de Lajeado que entrou em funcionamento no ano 2002, causou grandes impactos sobre esse povo, pois o barramento do rio diminuiu a área agricultável e o fluxo migratório dos peixes, principal fonte de proteína dos Xerente.

Para organização didática do texto, este foi dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira para foi feito um breve histórico das usinas

hidrelétricas no Brasil, além de pontuar algumas características da UHE de Lajeado. Na terceira parte discutiu-se os impactos da referida UHE sobre o Território Xerente, principalmente sobre a soberania alimentar. Esse texto se sustenta e uma revisão bibliográfica referente à temática, além de pesquisa de campo com observações e entrevistas.

A matriz energética: um breve histórico

A matriz energética brasileira é considerada, por muitos estudiosos do assunto, perverso e excludente, pelos danos ambientais causados e a expropriação de milhares de famílias camponesas e indígenas de suas terras. Ao ser expulsas, uma parte dessas famílias é empurrada para as periferias dos centros urbanos e passa a viver de forma precária e, a outra parte, engrossa as fileiras dos trabalhadores rurais sem terra na luta pela manutenção do território. Assim, desde a opção brasileira por essa matriz energética, vários impactos socioambientais irreversíveis já foram causados ao planeta e juntamente com eles, os conflitos por terra aumentaram significativamente.

Nesse sentido, torna-se importante fazer uma breve reflexão sobre a matriz energética no Brasil ao longo de sua história e o papel do Estado nesse processo, pois concorda-se com Santos e Silveira (2005, p. 20) quando salientam que para compreender os diversos *usos* do território, um esforço de periodização é necessário, pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos, “marcadas por manifestações particulares que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais”.

Benincá (2011) considera que a história do setor energético brasileiro pode ser dividida e em quatro períodos principais. *O primeiro começa com a Proclamação da República (1889) à Revolução de 1930*. Esse período é marcado “pela produção primário-agroexportadora e a energia estava baseada em fontes vegetais” (BENINCÁ, 2011, p. 29). Assim, o Estado não intervinha na produção e na distribuição de energia. Ele apenas conferia autorizações para o funcionamento das companhias e não havia qualquer legislação sobre a energia elétrica e sobre recursos hídricos. Os estados e municípios gozavam de grande autonomia para estabelecer contratos e autorizações para as empresas privadas de energia, onde já havia alguns indícios de conflitos. (MAB, 2010).

[...] as companhias tinham direito a corrigir suas tarifas e a receber o equivalente em ouro (a chamada “cláusula-ouro”), de maneira a

ficarem protegidas da inflação e da desvalorização da moeda brasileira – naquela época era o “mil réis”. Era o paraíso para as grandes empresas privadas estrangeiras: usavam a água à vontade, produziam a quantidade de energia que queriam e onde queriam. E, para completar: cobravam o preço que achassem necessário... e, ainda por cima, o governo convertia isso em ouro (MAB, disponível: http://www.mabnacional.org.br/setor_eletrico.htm).

Assim, a produção de energia era feita por grandes empresas nacionais e estrangeiras (dentre elas a Light e a Eletrobrás) e não tinha a interferência direta do Estado. *O segundo período* apontado por Benincá (2011, p. 29) *vai de 1930 a 1945* quando o país “deu seus primeiros passos rumo à estruturação de uma política energética, que ocorreu em função do início do seu processo de industrialização”, o que aumentou a demanda de energia para as indústrias e para as cidades.

Esse período, conforme Santos e Silveira (2005), é o começo de integração nacional e início de uma hegemonia de São Paulo com o processo de industrialização do país e um esboço de um mercado territorial localizado, sobretudo no Centro-Sul do país. Paralelamente a esse processo, “aumentava as demandas de eletricidade, com a difusão de bondes elétricos, da iluminação pública e das primeiras indústrias”. Nesse contexto foi criado, em 1934 (no Governo de Getúlio Vargas), o Código de Águas que vai estabelecer algumas regras para a produção e fornecimento de energia elétrica. Foram feitas muitas modificações que de acordo com o MAB, as mais importantes foram:

- a) A propriedade dos rios deixava de ser do proprietário da terra. Conforme o caso poderia ser propriedade do município, do estado ou da União;
- b) A propriedade das quedas d’água e do potencial hidrelétrico deixava de ser do proprietário da terra e passava a ser patrimônio da Nação;
- c) As tarifas passaram a ser fixadas segundo os custos de operação e o valor histórico dos investimentos, o que significava o fim da “cláusula-ouro” e da correção monetária automática conforme a variação cambial;
- d) O Estado passava a deter o poder de concessão e de fiscalização, estabelecendo, pelo menos teoricamente, as condições para controlar as atividades das empresas privadas.

Juntamente com essas medidas o governo Brasileiro iniciou uma série de construção de Usinas Hidrelétricas, distribuídas fundamentalmente entre os Estados do sudeste, do sul e do estado de Pernambuco, no nordeste. Concomitante a isso inicia-se um processo de ligação com a implantação de linhas de transmissão e distribuição, que foi acompanhado por um processo de centralização estatal das empresas elétricas (SANTOS; SILVEIRA, 2005).

O *terceiro período vai de 1945 ao final da década de 1980*, período este, marcado pela intervenção direta do Estado sobre o setor energético. Mesmo com o aumento de produção de energia, com o avanço da urbanização e da industrialização no Brasil, faltava energia elétrica para o abastecimento das cidades e para a expansão industrial. Muitos bairros pobres das grandes cidades, como as favelas, não tinham abastecimento de luz elétrica. Para tentar amenizar a situação em 1954, no segundo Governo Vargas foi criado o Plano Nacional de Eletrificação que comprometia o Estado com intervenções voltadas para acabar com a falta de energia elétrica. Assim:

[...] o Estado brasileiro assumiu o papel de planejador e empreendedor de grandes projetos desenvolvimentistas, com políticas centralizadoras, autoritárias e intimamente ligadas ao interesse do capital transnacional. O modelo estatal de energia promoveu ocupação violenta de territórios; gerou sérios impactos ambientais; praticou graves agressões culturais e físicas contra populações tradicionais; ampliou o êxodo rural e a subsequente marginalização social nas periferias das cidades. Tudo em nome do *progresso da nação!* (BENINCÁ, 2011, p. 30, grifos do autor).

De acordo com Benincá (2011), durante a ditadura militar, período este de grandes mudanças na economia e de intensa repressão social e marginalização de movimentos sociais e dos partidos de esquerda, o Estado optou-se por embasar o desenvolvimento industrial a partir da megaeletricidade, o potencial dos rios existentes para a construção de barragens. Este é o início de um período que se estendeu e se consolidou na década de 1970, numa integração do setor em torno da Eletrobrás, convergindo para interligar boa parte dos sistemas isolados. A intervenção do Estado e o financiamento de órgãos estrangeiros, para o desenvolvimento de ajustes estruturais estratégicos e para o enfrentamento da crise do capitalismo, fez com que a indústria barrageira se ampliasse de forma significativa no Brasil. Sobre essa problemática, Germani (2003) salienta que,

[...] uma das funções do Estado capitalista moderno é criar condições favoráveis para o desenvolvimento do processo de acumulação de capital. Cabe, assim, a esse Estado, realizar grandes investimentos em infraestrutura, não assumidos diretamente pelo capital privado, quer seja pelo volume de capital necessário, quer pela lenta ou baixa de retorno que esses investimentos proporcionam. (GERMANI, 2003, p. 13).

Assim, cabe ao Estado a construção da obra e de toda infraestrutura que beneficiará a produção através da geração de energia. Com a crise do petróleo na década de 1970 e a divisão territorial do trabalho pelas grandes potências, o Brasil se reestruturou, buscando redefinir internamente, a forma de desenvolvimento do capitalismo. Nessa conjuntura, implementou-se o projeto *Brasil Potência*, articulado no II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979). (MENDONÇA, 2004; MAB, 2004). É desse período a matriz dos grandes projetos de barragens, que tem na energia hidrelétrica sua grande alternativa para a abertura de novas opções de “progresso”, acarretando grandes transformações espaciais. No final da década de 1970 e início da década de 1980, os países centrais passam a transferir para países periféricos e dependentes, rico em potencial energético como o Brasil, várias indústrias que consomem muita energia.

A *quarta e última fase* apontada por Benincá (2011), *se inicia em 1990* e se estende até os dias atuais. Esse período é marcado pelo fortalecimento do Plano Nacional de Energia Elétrica a partir da construção de grandes hidrelétricas, fortalecendo o modelo neoliberal de economia articulado com processo de privatização do setor elétrico a partir de um forte discurso de escassez de energia e a necessidade de construir mais barragens. A partir daí,

Com a privatização do setor, a energia ficou sob o controle de um pequeno número de empresas transnacionais. Disso derivou a apropriação privada de vastos territórios, florestas, rios (e de seu potencial hidrelétrico), a cobrança de altas tarifas pela utilização da luz, bem como a geração de desemprego. (BENINCÁ, 2011, p. 31)

O MAB aponta que com o processo de privatização houve um aumento significativo de desemprego, pois havia no setor cerca de 200 mil trabalhadores o que foi reduzido para pouco mais de 100 mil trabalhadores. Para Germani (2003), a construção de

uma usina hidrelétrica, sob forma de reservatório, implica numa reestruturação espacial, ocasionando a remoção das populações ribeirinhas. Assim, as populações atingidas são removidas com violência e total desrespeito aos seus direitos. Em Sobradinho, por exemplo, ressalta a autora, a construção da usina expulsou cerca de 70 mil pessoas. Estas quase foram atingidas pelas águas, pois não havia sido providenciado nem mesmo seu reassentamento. Em Itaipu, houve tentativas de resistência e a repressão foi brutal.

Para Benincá (2011), a partir da década de 1990, o Estado passou a subsidiar e financiar grandes empresas (a maioria norte-americanas) na construção de grandes hidrelétricas através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Conforme o autor, entre as maiores empresas do setor elétrico financiado estão: Tractebel-Suez (Belga/Francesa), Alcoa (EUA), Alcan Alumínios (Canadá), BHP Billiton (Inglaterra), Citigroup (EUA), AES (EUA), American Electrical Power (EUA), Eletricidade de Portugal (Portugal), Southern Company (EUA), Electricité de France (França), DukeEnergy (EUA), Endesa (Espanha), El Passo (EUA), Banco Santander (Espanha), Banco Bradesco S.A., Companhia Brasileira de Alumínio e Cimentos Votorantin S.A. (Brasil).

Assim, é importante ressaltar que o Brasil possui uma das maiores reservas hídricas do mundo e com grande potencial hidroelétricos e nos últimos anos têm se verificado a construção de usinas hidrelétricas na região amazônica como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e PAC 2). Conforme Sieben (2013), baseado no Relatório do referido Programa, o PAC tem como objetivo em estimular o crescimento econômico, aumentar a oferta de empregos e melhorar a qualidade de vida da população brasileira. Para isso, há a necessidade de construção de hidrelétricas e que de acordo com o referido autor os investimentos giram na faixa de trilhões de reais, feito pelo BNDES.

Assim, a construção dessas Usinas no Estado do Tocantins tem causado sérios problemas às populações locais. Além dos graves problemas ambientais e sociais têm atingido terras indígenas alterando modos de vida construídos a milhares de anos, como no caso do Povo Xerente, objeto de análise em questão. A construção da Usina de Lajeado no Rio Tocantins desterritorializou povos tradicionais, alagou cidades e, além disso, alterou o fluxo de água atingindo a soberania alimentar.

A UHE de Lajeado entrou em funcionamento em 2002. Tal empreendimento é parte dos grandes projetos de desenvolvimento implantados pelos governos federais e estaduais no Estado do Tocantins, que na sua maioria conta com o apoio do capital

internacional. O barramento está localizado no rio Tocantins cuja potência é de 950 MWe abrange de 750 km² de área total. Sua extensão atingiu os municípios de Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras.

A referida usina foi construída pela INVESTCO S.A, consórcio esse formado pelo grupo REDE, EDP, CEB e CMS Energy, todos grupos estrangeiros. Tal empreendimento foi considerado pelos seus empreendedores um dos projetos mais arrojados projetos hidrelétricos brasileiros constituindo um marco na produção de energia do país, como um tempo de construção recorde (39 meses). (INVESTCO, 2010).

A UHE de Lajeado: o PROCAMBIX e a Soberania alimentar

A implantação da UHE de Lajeado mudou o fluxo do rio e trouxe sérios problemas à população local dentre eles, os mais danosos são:

- a) A inundação de terras agricultáveis e a expulsão dos camponeses para as cidades;
- b) Diminuição dos espaços de lazer das cidades às margens do Rio Tocantins, visto que grande parte dessas tinha como espaço de lazer as praias formadas pelas areias do rio (e que tinha o turismo como principal fonte econômica), alterado profundamente com o barramento do rio;
- c) Perdas ou diminuição de parte significativa da fauna e da flora;
- d) Inundação de alguns patrimônios socioculturais de algumas populações locais construídos a várias gerações;
- e) E por último, atingiu também, fortemente as aldeias Xerente, em especial as que ficam às margens do Rio Tocantins.

O povo Xerente se autodenomina *Akwe* e forma junto com os Xavante, de Mato Grosso, o ramo central das sociedades de língua Jê. Essa população tem um longo histórico de conflitos com a população branca, além de atingidos por grandes epidemias no século XVIII, fatores estes responsáveis pelo acentuado declínio demográfico dessa sociedade. Atualmente, os Xerente somam uma população de em torno de 2000 habitantes, distribuídos em 34 aldeias, sendo que, a maior concentração populacional está nas aldeias Porteira, Salto, Funil e Brejo Comprido, situadas às margens do Rio Tocantins.

O povo Xerente organiza-se através de duas metades que formam os clãs ou partidos. Assim, os Kritó, os Kuzã e os Kbazi formam a metade Doi e os Wahirê, os Kremprehi e os Krozakê formam a metade Wahirê. Ocupam atualmente as Terras indígenas Xerente, com 167.542ha e Funil com 15.703ha, ambas regularizadas, conforme relata o Programa de Compensação Ambiental Xerente produzido pela FUNAI e INVESTCO S.A em 2001.

O território Xerente está localizado no cerrado do Estado do Tocantins, à margem direita do rio Tocantins, 70 km ao norte de Palmas, Capital do Estado. Dado a essa localização estratégica, desde a fundação do Estado do Tocantins, em 1988, seu território é foco das atenções regionais e nacionais para construção de hidrelétricas e rodovias. Dentre esses empreendimentos a construção da UHE de Lajeado é considerada a mais impactante, dada as alterações que esta causou nos seus territórios.

A construção de Lajeado se deu em um contexto em que a política econômica brasileira na década de 1990, caracterizada pela abertura do país ao capital estrangeiro, teve como um dos seus principais eixos a construção de barragens para a produção e transmissão de energia elétrica, para o fortalecimento do Modo de Produção Capitalista. Aliada a isso, Zitzke (2007) ressalta a lógica da criação e a consolidação do estado do Tocantins. O Estado recém-criado, comprometido com uma elite capitalizada e uma proposta econômica desenvolvimentista e permissiva ao capital privado, influenciou diretamente o processo de remanejamento e compensação pelas perdas das comunidades ribeirinhas atingidas pela referida UHE. Nesse contexto, o autor ressalta que, mesmo estando localizada num rio federal, a obra foi, por negociações políticas, licenciada pelo órgão ambiental estadual, o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS). Neste sentido, o “empreendedor não teve muitas dificuldades para cumprir o cronograma da obra, bem como atender os itens previstos nos Planos Básicos Ambientais”. (ZITZKE, 2007, p.28).

No caso do povo Xerente as indenizações relacionadas aos impactos da UHE de Lajeado não foram capazes de suprir as perdas sofridas por esse povo, pois tal empreendimento causou danos irreversíveis na saúde, na base alimentar e também na cultura desse povo, como ressaltou o professor da aldeia S. Xerente (2014). Para ele, foram feitos alguns investimentos, como por exemplo, as roças mecanizadas, cuja administração ficou sob a responsabilidade da FUNAI. “O dinheiro não deu para nada e não produzimos como

antigamente, antes da construção da barragem”³. Antes da construção da barragem os indígenas praticavam predominantemente a agricultura de vazante, cultura milenar entre eles. Tais roças são aquelas em que se aproveitam as terras às margens do rio quando há uma baixa anual das enchentes e as terras ficam propícias para o cultivo.

Durante a implantação da UHE de Lajeado a partir de 1996 foram realizadas algumas audiências públicas nas cidades atingidas que conforme os Xerente, os mesmos não foram convidados e muito menos ouvidos. Tais audiências eram marcadas por fortes manifestações sociais, principalmente por ambientalistas que denunciavam as mazelas e as manobras políticas feitas para a realização da obra. Diante disso, em 1998 o Ministério Público do Tocantins entrou com uma ação contra a empresa apontando várias irregularidades na construção da Usina. Uma delas é de que os povos indígenas atingidos pelo empreendimento não foram ouvidos e não foram convidados a participarem das audiências públicas. Com isso, apontaram vários problemas no Estudo de Impacto Ambiental, uma vez que este não contemplava os povos indígenas, além de outras deficiências no levantamento dos impactos.

A partir disso a INVESTCO S. A. contratou uma empresa de Mato Grosso e em parceria com a FUNAI produziu o Programa de Compensação Ambiental Xerente. Esse programa teve como objetivo “implementar ações que venham mitigar e compensar os Xerente quanto a impactos ambientais decorrentes da construção e funcionamento da UHE de Lajeado, garantindo assim a sobrevivência física e cultural do grupo e a integridade física das Terras indígenas Xerente e Funil” (INVESTCO S. A./FUNAI, 2001, p. 7). Dentro desses objetivos foram criados alguns subprogramas, a saber: a) redução de impactos ambientais ao ecossistema das Terras Indígenas; b) segurança alimentar e geração de renda; c) cultura e cidadania, e; d) apoio administrativo e técnico para execução do programa. O conselho gestor desse programa ficou a cargo de seis índios Xerente eleitos por Posto Indígena em assembléia e seis não-índios representados pela FUNAI, Ministério Público Federal, IBAMA, INVESTCO, Naturatins, Fórum das ONGs. O projeto teve duração de 5 anos e foram investidos 10 milhões no total.

Antes de qualquer afirmação apressada, há que se aprofundar e avaliar os impactos desses subprogramas sobre os territórios indígenas. De fato, os subprogramas de redução dos impactos ambientais ao ecossistema indígena diminuíram os impactos? É

³ Depoimento colhido em Junho de 2014, na aldeia Porteira.

importante salientar que o ecossistema para os indígenas tem um significado mítico, sagrado. É nesse espaço complexo que os indígenas buscam seus deuses, fazem seus rituais, guardam suas almas, retiram seus alimentos e lhe rende homenagens retirando da natureza o nome dos recém-nascidos da aldeia. Os Xerente relatam que a implantação da UHE destruiu a natureza e trouxe sérios problemas aos seus modos de vida, como mostra o depoimento do Senhor J. S. Xerente (cerca de 80 anos)⁴. “[...] a nossa natureza foi destruída pela cobiça dos homens e agora ela está revoltada. Ela não dá mais comida como dava antigamente e as almas foram embora. Os nossos rios não dão mais peixes como antes e as nossas crianças já nascem doentes [...]”.

Assim, é importante perceber que o ecossistema é o fio condutor da vida Xerente. Quando este é destruído, sua cultura, sua cidadania e sua soberania alimentar ficam comprometidas. É importante pensar a natureza como um sistema vivo interligado, no qual o homem é parte ativa, que quando alterada uma parte desse sistema, o equilíbrio é quebrado. No caso em análise, a construção de Lajeado quebrou todo o equilíbrio, alterando inclusive a soberania alimentar dos Xerente. Nesse sentido, Capra (2006) nos ensina que quanto mais estudamos os problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. Assim:

São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. Por exemplo, somente será possível estabilizar a população quando a pobreza for reduzida em âmbito mundial. A extinção de espécies animais e vegetais numa escala massiva continuará enquanto o Hemisfério Meridional estiver sob o fardo de enormes dívidas. A escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente combinam-se com as populações em rápida expansão, o que leva ao colapso das comunidades locais e à violência étnica e tribal que se tornou a característica mais importante da era pós-guerra fria (CAPRA, 2006, p. 23).

No caso dos Xerente, estes organizam suas atividades culturais e produtivas de acordo com os ciclos da natureza, aos períodos de seca e chuva. As roças de vazante, por exemplo, obedece ao ciclo *seca e cheia* do rio e é uma tradicional atividade entre o grupo e estão inseridas dentro do seu universo mitológico. São unidades pequenas de plantação com

⁴ Depoimento colhido em 09 de março de 2013, na aldeia Porteira. O Sr. J. S. Xerente é o conselheiro da aldeia, situação de importância significativa para os indígenas.

uma variedade significativa de alimentos, tais como: mandioca, amendoim, mamão, feijão, fava dentre outros. Para Gonçalves (2006),

Um dos maiores patrimônios de que a humanidade dispõe é a diversidade de cultivares, forjados nos mais diferentes nichos, adaptados à seca e à umidade, a altitudes e as mais diversas, assim como soluções para manter, pela cultura (conhecimento técnico, mítico e religioso), o equilíbrio das espécies eleitas, selecionadas e cultivadas. (GONÇALVES, 2006, p. 211).

Assim, para o autor, há uma forte correlação entre a agricultura e a expansão e consolidação dos diversos troncos linguísticos existentes no planeta. No caso dos Xerente, a prática da roça de vazante está inserida no contexto do grupo a milhares de anos que para Gonçalves (2006) é um conhecimento que ganha enorme importância, pois se sabe que as cheias e a vazante repõem a fertilidade do solo. A construção da usina alterou o fluxo do rio que conforme o grupo houve uma diminuição significativa de alimentos, o que tem feito com que eles se tornassem dependentes de cestas básicas oferecidas pelo Estado.

É importante também, destacar algumas questões com relação à soberania alimentar. A INVESTCO investiu cerca de 124 mil reais para os projetos de meliponicultura, de apicultura, de roça mecanizada, de quintais, de piscicultura e manejo e de bancos de sementes. Porém, grande parte dos projetos citados não faz parte da cultura Xerente. Esse povo, antes da construção da barragem eram autossustentáveis em alimentos que eram produzidos nas várzeas⁵ do rio. Com a alteração do seu fluxo devido ao seu barramento, os Xerente perderam parte significativa da área de produção e também houve a diminuição de uma quantidade significativa de peixes, principal fonte de proteína na sua pirâmide alimentar.

No caso da roça mecanizada, os indígenas salientam que não tiveram autonomia para decidir quais sementes seriam cultivadas e muito menos não tiveram conhecimento de como o recurso foi aplicado. Atualmente é produzido arroz, feijão e milho e que para eles não são suficientes para o sustento das famílias. Nesse sentido, dado a falta de alimentos os mesmos se tornaram dependentes de cestas básicas oferecidas pela prefeitura de Tocantínia e também por ajuda de terceiros. Outros projetos como a meliponicultura, a apicultura e a piscicultura não tiveram o resultado esperado. Conforme os indígenas as orientações e

⁵ A roça de vazante é uma cultura milenar entre os povos indígenas. Conforme os Xerente, trata-se do aproveitamento das terras as margens do rio nos períodos de diminuição de seu fluxo o que deixa a terra irrigada e rica em nutrientes. Isso permite uma produção significativa de alimentos.

assistência técnica oferecidas, não surtiram efeitos cabendo, portanto, ainda investigar como foram feitas essas assistências e em quais perspectivas foram feitas.

Outra questão importante a ser ressaltada é que a diminuição de peixes alterou profundamente o ritmo das principais festas/rituais Xerente, como a “festa de dar nomes (Wakê)”, “homenagem aos mortos (Kuprê)”, “Padi (tamanduá bandeira)”, “corrida da tora”. Essas festas/rituais, conforme os indígenas duravam até 30 dias em média e que juntavam os “parentes” da própria aldeia e de outras aldeias distantes, e a principal alimentação eram os peixes do rio que segundo eles mesmos poderiam ser “pescados com as mãos”. Com a diminuição dos peixes o ritmo das festas diminuiu, pois não há como alimentar tantos visitantes. Só a “festa de dar nomes durava cerca de 30 dias, hoje ela dura apenas uma semana e já não recebe mais tantos “parentes” de outras aldeias.

Dessa forma, há que se concluir que a construção de Lajeado trouxe inúmeros problemas ao território Xerente. Os projetos de compensação não foram capazes de diminuir as perdas que os mesmos tiveram e, que inclusive, pode ter aprofundado ainda mais o processo de precarização de seus territórios

Considerações Finais

A problemática aqui apresentada tem causado o descontentamento do povo Xerente, levando-os a questionar as ações compensatórias das empresas construtoras do empreendimento. Para eles, o que tem sido feito não tem compensado as enormes perdas que tiveram nos últimos anos. Como o rio Tocantins onde foi construída a barragem é o meio de vida dos Xerente, os mesmos sofreram a perda de parte do território e a diminuição de alimentos para toda a Comunidade Indígena, como arroz, milho e mandioca.

Com isso, a matriz energética adotada pelo Brasil tem sido motivo de preocupação de estudiosos e da sociedade civil organizada dado os impactos mencionados. Dessa forma, surgem vários conflitos entre as empresas construtoras dos empreendimentos e a população atingida transformando o lugar em verdadeiros territórios em disputas.

REFERÊNCIAS

- BENINCÁ, D. **Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução de N. R. Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 2006.
- ELETOBRAS. Plano Nacional de Energia Elétrica. 1993-2015. Vol. I, Brasília, DF: 1994.
- GERMANI, G. I. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.
- GONÇALVES, C. W. P. **A globalização da natureza e a natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- INVESTCO. A UHE de Lajeado, 2010. Disponível em: <http://www.edp.com.br/geracao-renovaveis>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2015.
- MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Pequeno histórico do setor elétrico brasileiro**. Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/setor_eletrico.htm. Acesso em: 16 de maio de 2010.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SIEBEN, A. **Estado e Política Energética: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica de Estreito**. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2012.
- VAINER, C. B. **Águas para a vida, não para a morte**. notas para uma história do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil. Disponível em: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br>. Acesso em: 15 de setembro de 2014.
- ZITZKE, V. A. **A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas**. 2007. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. 2007, Florianópolis.